

Estado recebe representantes do MST na Cidade Administrativa

Ter 18 agosto

O [Governo de Minas Gerais](#) recebeu, nesta terça-feira (18/8), representantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) na Cidade Administrativa, em Belo Horizonte. Cerca de 2 mil integrantes do movimento foram recebidos por secretários de Estado e dirigentes de órgãos do governo para apresentar e debater demandas históricas dos trabalhadores. O Governo de Minas Gerais, dentro da política de transparência e de fortalecimento da agricultura familiar, reforçou canais de diálogo com o movimento e mostrou que várias das demandas apresentadas já integram as políticas públicas do Estado.

A agenda do MST na Cidade Administrativa mobilizou as secretarias de Estado de [Governo](#), [Saúde](#), [Planejamento e Gestão](#), [Educação](#), [Desenvolvimento Social](#), [Meio Ambiente](#), Direitos Humanos, Desenvolvimento Agrário, [Cultura](#) e [Agricultura, Pecuária e Abastecimento](#), além da [Companhia de Habitação de Minas Gerais \(Cohab-MG\)](#).

“A iniciativa demonstra um Estado forte e maduro do ponto de vista de seu papel constitucional de receber as pessoas e atender aos princípios democráticos. A democracia garante que o cidadão venha ao Governo e apresente suas demandas”, disse o secretário de Estado de Desenvolvimento Agrário, Glenio Martins.

Um dos líderes do MST em Minas Gerais, Sílvio Cardoso Neto, também enfatizou a importância de manter o diálogo aberto com o governo estadual. “Fizemos uma caminhada bonita e somos gratos pela acolhida na Cidade Administrativa. É mais um momento importante na história do movimento. Uma demonstração clara de avanço no respeito ao diálogo com as organizações sociais. Essa tem sido uma marca do Governo Pimentel”, frisou.

Ainda de acordo com Sílvio Neto, existe um passivo de muitos anos do Estado com o campo e as comunidades do interior que precisa ser revisto. “São muitos anos nos quais os trabalhadores do campo em Minas Gerais sofreram com a falta de acesso às questões básicas para a garantia da dignidade. Falta saúde, educação, acesso à água, energia elétrica e estrada. Hoje foi um passo de uma caminhada que temos pela frente”, disse.

Para corrigir os problemas acumulados nos últimos anos, Glenio Martins ressaltou que o Governo de Minas Gerais está preparando um conjunto de medidas para atender aos pequenos produtores e trabalhadores rurais. “Vamos atender não só às famílias de trabalhadores rurais, mas também todo o conjunto dos agricultores familiares, entre eles os povos e comunidades tradicionais. Isso marca, justamente na Semana da Agricultura Familiar, o diálogo e um ciclo virtuoso para Minas Gerais, que tem a maior segundo maior população rural do Brasil”, disse.

Reivindicações históricas

Para corrigir o passivo com a população do campo, o MST apresentou ao Governo de Minas Gerais uma série de propostas. Entre elas, estão a elaboração de políticas para o combate à pobreza,

fortalecimento das agroindústrias e a desapropriação de terras. O movimento também reivindica a implantação de políticas de assistência técnica, controle ambiental, educação no campo e inclusão produtiva.

Segundo o secretário de Estado de Governo, Odair Cunha, o governador [Fernando Pimentel](#) vai assinar, no dia 2 de setembro, convênios que dialogam com as agendas apresentadas pelo movimento. “Governar é eleger prioridades, e a questão da terra é uma prioridade do Governo Pimentel. Estabelecemos tratativas após as negociações de hoje. Uma das garantias é que vamos lançar um conjunto de iniciativas de combate à extrema pobreza no campo para assegurar uma vida mais digna. Essa é a primeira resposta que vamos garantir”, completou.

“Estamos com um pacote de ações que vão ser anunciadas oportunamente pelo governador”, afirmou o secretário de Estado de Planejamento e Gestão, Helvécio Magalhães. “São ações simbólicas. São reivindicações históricas que estamos decidindo com o governo federal”, afirmou.

Após o encontro com os secretários de Governo e autoridades, os integrantes do MST se deslocaram até a Assembleia Legislativa de Minas Gerais.